



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

ACTA Nº 9

Acta da reunião ordinária da Assembleia Municipal das Velas, realizada no dia 29 de Dezembro de 2010. -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, pelas dezanove e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Gabinete provisório desta mesma Assembleia, sito na Rua de Santo André, freguesia das Velas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Informação escrita do senhor Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste regimento. -----

----- 2 - Eventual pronunciamento sobre o Relatório de Informação Semestral da Sociedade de Revisores de Contas UHAF. -----

----- 3 - Contratação de Empréstimo a Longo Prazo. -----

----- 4 - Proposta de Plano e Orçamento Municipais para o ano de 2011. -----

----- 5 - Fixação da taxa sobre os direitos de passagem. -----

----- 6 - Proposta de Estrutura e Organização dos Serviços do Município das Velas. -----

----- 7 - Revisão do Regulamento de Bolsas. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, o mesmo comunicou ao plenário terem-lhe sido justificadas as faltas do senhor Presidente da junta de freguesia das Manadas, senhor Vasco Fernandes de Matos, eleito nas listas do Partido Socialista, que vai ser substituído pelo tesoureiro da mesma junta de freguesia das Manadas, senhor Fernando Miguel de Sousa Cardoso, eleito nas listas do Partido Socialista e do senhor Presidente da junta de freguesia das Velas, senhor Paulo Alberto Bettencourt da Silveira, eleito nas listas do Partido Social-Democrata, que vai ser substituído pelo tesoureiro da mesma junta de freguesia das Velas, senhor José Duarte Borges Pires, eleito nas listas do Partido Social-Democrata. -----

----- Ora, sendo a primeira vez que o senhor José Duarte Borges Pires toma lugar no plenário desta Assembleia Municipal, ser-lh-à dada a respectiva posse, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

que solicito ao segundo Secretário desta Mesa, senhor António Oldemiro Neves Pedroso, que faça a leitura da respectiva Acta de Verificação de Poderes referente ao senhor José Duarte Borges Pires.-----

----- Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor secretário da mesa para fazer a chamada, tendo-se verificado estarem presentes os senhores deputados, a saber: António Frederico Correia Maciel, João Manuel Cordeiro da Ponte, Maria de Fátima da Silveira, Rui Miguel Vieira Sequeira, Susana Patrícia Góis Pereira da Silva, Carlos Jorge Bettencourt da Silveira, Rosa do Céu Batista Pinto e Luís Manuel Bettencourt Teixeira Ávila, eleitos nas listas do Partido Socialista, das senhoras e senhores Mark Silveira Marques, Ana Maria Fagundes Pereira, António Oldemiro das Neves Pedroso, Paula Maria Bettencourt Amarante Sequeira, José Luís Dias Bettencourt, eleitos nas listas do Partido Social Democrata, e dos senhores Abel Jorge Igrejas Moreira, e Dário Miguel Nogueira Teledó, eleitos nas listas do Partido Popular, bem como dos Presidentes das juntas de freguesia ou seus substitutos, Fernando Miguel Sousa Cardoso, tesoureiro da junta de freguesia das Manadas, eleito nas listas do Partido Socialista, Luís Virgílio Sousa da Silveira, Presidente da junta de freguesia dos Rosais, eleito nas listas do Partido Popular, Dário Trajano da Silva Almada, Presidente da Junta de Freguesia do Norte Grande, eleito nas listas do Partido Socialista, Amaro Rui Machado Soares, Presidente da junta de freguesia da Urzelina, eleito nas listas do Partido Socialista, Henrique Luís Teixeira, Presidente da junta de freguesia de Santo Amaro, eleito nas listas do Partido Socialista, e José Duarte Borges Pires, tesoureiro da Junta de Freguesia das Velas, eleito nas listas do Partido Social Democrata, pelo que se constatou existir quórum para funcionar a Assembleia, tendo o senhor Presidente da Assembleia, declarado aberta a sessão. -----

----- Entretanto o senhor Presidente da Assembleia chamou a atenção que as senhas de presença desta sessão se encontravam na Mesa da Assembleia, solicitando aos senhores deputados municipais que no fim da sessão ou nalgum intervalo que, porventura, seja feito, as preenchessem e assinassem.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- O senhor Presidente da Assembleia anunciou então que, dentro das normas regimentais, era esta a altura da leitura de apresentação do expediente, passando-o a fazer. Assim anunciou:-----

----- Ter recebido vários postais de Boas Festas que, como é óbvio, seria fastidioso lê-los todos, deixando porém registado o nosso agradecimento e retribuição dos respectivos votos. -----

----- Terem sido recebidos vários ofícios dos senhores deputados regionais comunicando a sua ausência nas comemorações do Dia do Poder Local por se encontrarem ausentes da ilha ao serviço da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Registe-se, no entanto, a presença do senhor deputado Mark Marques, que também esteve ausente da ilha ao serviço da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, naquelas comemorações.-----

----- Ter sido recebida uma tomada de posição das Juntas de Freguesia do Concelho das Velas remetendo cópia do ofício enviado ao senhor Presidente da Câmara em que apresentam a sua preocupação sobre a escassez das verbas a transferir para aquelas autarquias e solicitando informação sobre as verbas a transferir no ano de 2011. Registe-se a realização da referida reunião e, com agrado, também se registre a anuência da Câmara das Velas ao esforço da Mesa desta Assembleia para introduzir alterações ao Orçamento Municipal de forma a reforçar o valor daquelas transferências.-----

----- Do senhor Presidente da Câmara Municipal das Velas foi recebido um ofício datado de 15 de Dezembro de 2010, convidando o Presidente da Assembleia Municipal para o tradicional jantar de Natal do Município. O senhor Presidente comunicou ao plenário que não podendo estar presente, deslocou-se ao local do convívio com o senhor Secretário Luís Manuel Bettencourt Teixeira Ávila, tendo apresentado os seus cumprimentos e comunicando que o referido senhor Secretário desta Assembleia seria o seu legítimo representante.-----

----- Do senhor Deputado Mark Marques foi recebido um ofício anexando um requerimento sobre a Escola Profissional da Ilha de S. Jorge. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Também do senhor Presidente da Câmara Municipal das Velas foi recebido um ofício datado de 22 de Dezembro de 2010 que respondia ao ofício do Presidente desta Assembleia de 29 de Setembro do corrente ano que me informava que "devido à preparação do Orçamento para 2011, à reestruturação dos serviços e ao apoio dispensado à empresa de assessoria e auditoria "Smarter Vision" não foi dado cumprimento ao mesmo até à data, por falta de disponibilidade dos serviços e das trabalhadoras em questão".-----

----- O senhor Presidente da Assembleia referiu que este ofício pretendia ser resposta a um ofício desta Assembleia enviado a 29 de Setembro do corrente ano em que, para além do envio da fotocópia da proposta aprovada por unanimidade por esta mesma Assembleia Municipal, solicitava "as necessárias dispensas" das "senhoras funcionárias Maria de Lourdes Simões, Maria da Encarnação Pereira e Ana Paula Moura".-----

----- O mesmo senhor Presidente da Assembleia referiu ainda que reconhecia, salvo melhor opinião ou justificação, a dificuldade de tal dispensa simultânea mas, sendo a resposta da câmara municipal mais atempada, poder-se-ia ter auscultado as referidas funcionárias individualmente já que nem todas estiveram envolvidas simultaneamente nos trabalhos referidos no citado ofício do senhor Presidente da Câmara, acrescentando que se tivesse havido por parte do senhor Presidente da Câmara mais celeridade na resposta poderia esta Assembleia, na sessão de hoje, estar a apreciar e a votar normas reguladoras da Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento, nos precisos termos que a impõe o regimento desta Assembleia, referindo ainda que esperava, em tempo regimental próprio, os senhores deputados municipais analisassem se tal "informação" estava enquadrada nos diversos itens que o Regimento da Assembleia exigia.-----

----- Terminou o senhor Presidente da Assembleia Municipal por informar que o referido ofício do senhor Presidente da Câmara comunicava que "esperamos no próximo ano dar observância ao solicitado, disponibilizando os elementos que integrarão o grupo de trabalho" sendo, no entanto de opinião que a Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

deveria pronunciar-se sobre a apresentação do limite de prazo até 31 de Janeiro para, na eventualidade de nunca obtermos tal disponibilização, avançarmos com o trabalho sem o fazer depender de tal disponibilização. -----

----- Passando para a secção de outras informações e respostas, o senhor Presidente da Assembleia perguntou aos diferentes Grupos Municipais, e aos senhores deputados municipais individualmente, se tinham algum documento ou proposta verbal que coubesse nessa secção, e se o tivessem pedia o favor de o apresentarem por escrito ou verbalmente à Mesa da Assembleia. -----

----- Entretanto pediu permissão para comunicar três eventos que ocorreram no período que mediu entre a última sessão da Assembleia Municipal e a presente sessão, nomeadamente a Comemoração Solene do Centenário da implantação da República; a Comemoração do Dia do Poder Local e a Festa do Natal dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente à Comemoração do Centenário da implantação da República comunicou que a sessão solene destas comemorações ocorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho no passado dia 19 de Outubro e contou com a presença dos elementos desta Assembleia, da Câmara Municipal e de muito público, referindo que na sessão foi lido o auto elaborado na Câmara Municipal das Velas por ocasião da Proclamação da República e um outro sobre o acto solene de comemoração do seu centenário e a Filarmónica União Urzelinense tocou "A Portuguesa" e a Escola Básica e Secundária das Velas apresentou uma exposição alusiva ao acto.

----- Em relação à Comemoração do Dia do Poder Local referiu que a sessão solene das referidas comemorações correu com muita dignidade tendo, na altura, sido entregue a Medalha de Prata atribuída por esta Assembleia Municipal ao velense, Dr. Artur Goulart, e aproveitado para o lançamento de um livro de poemas da autoria do homenageado, cuja apresentação esteve a cargo do Dr. Olegário Paz, também ele um ilustre velense, do lugar da Beira, acrescentando que como presidente da Assembleia Municipal, anfitrião das comemorações, agradecia a presença dos senhores deputados municipais e relevava a ausência de muitos senhores autarcas deste Concelho bem como de outros políticos convidados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- No tocante à Festa de Natal dos membros da Assembleia Municipal realizou-se que a mesma teria sido composta de um jantar e convívio de Natal dos membros desta Assembleia Municipal que, este ano, foi extensivo aos respectivos agregados familiares, tendo havido prendas para os filhos dos senhores deputados municipais que tivessem idade inferior a treze anos. -----

----- Referiu ainda que na sua opinião haviam sido plenamente atingidos os objectivos da confraternização, congratulando-se com a maciça presença dos elementos da Assembleia ou com as justificações daqueles que atempadamente comunicaram não poderem estar presentes, lamentando apenas a ausência do senhor Presidente da Câmara que, embora convidado, não dera o prazer da sua presença. --

----- O senhor Presidente da Assembleia anunciou de seguida que, do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina lhe havia sido entregue uma "recomendação" sobre o Mole de Protecção do Porto da Urzelina. -----

----- Após fazer o enquadramento legal desta recomendação, o senhor Presidente da Assembleia pediu ao senhor secretário da mesa, António Oldemiro, para ler a recomendação apresentada pelo Presidente da junta de freguesia da Urzelina, senhor Amaro Soares, sobre o mole de protecção do porto da Urzelina, e convidou o proponente a apresentar o conteúdo de tal recomendação lembrando que o texto da mesma fora distribuído aos senhores deputados municipais no início desta sessão. ---

----- Após a leitura da recomendação, foi dada a palavra ao senhor Amaro Soares, que disse que a recomendação vinha no sentido de proteger a baía e o mole, porque se estava a notar um aumento do mar a bater nas muralhas do forte e nos apartamentos, e também no sentido de dinamizar a freguesia para o turismo, já que havia três empresas marítimo/turísticas sediadas na freguesia, e tal construção permitiria no Verão descongestionar o porto de abrigo das Velas. -----

----- De seguida foi dada a palavra ao deputado municipal do PSD, senhor Mark Marques, que felicitou o senhor Presidente da junta por ter trazido este assunto a debate, já que, no seu entender, as Velas não tinham uma marina, mas uma pequena poça e que a recomendação apresentada seria uma forma de colmatar, isto é, de emendar a mão, pelo que se congratulava com esta recomendação e que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

apoiava. -----

----- Após esta intervenção foi dada a palavra ao deputado municipal do CDS-PP, senhor Abel Moreira, que louvou a iniciativa do senhor Presidente da junta da freguesia da Urzelina, e comunicou que o CDS-PP se associava à recomendação apresentada. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia, colocou a recomendação apresentada à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

----- Terminada a discussão e votação da recomendação apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina, Amaro Soares, o senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que pretendia, como deputado municipal, apresentar também uma proposta de sugestão à Direcção de Finanças de Angra do Heroísmo no sentido da promoção das acções julgadas necessárias para que os Serviços de Finanças do Concelho das Velas adaptem os seus horários de forma a não encerrarem durante a chamada hora de almoço e que permaneçam abertos ao público em horário contínuo. -----

----- Após a apresentação da proposta, o senhor deputado municipal Frederico Maciel, justificou-a dizendo que os considerandos da mesma e a respectiva fundamentação apresentada nos mesmos eram suficientes para apreciar a bondade da "sugestão" que, em termos globais, virá a beneficiar grande parte da população mais carenciada do concelho, comunicando ainda que segundo informações obtidas os funcionários da Repartição de Finanças das Velas (Serviços de Finanças) não se oporiam à implementação da medida proposta. -----

----- Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a inscrição dos senhores deputados que pretendessem pronunciar-se sobre a matéria. --

----- Foi então concedida a palavra ao senhor Mark Marques, deputado municipal do PSD, que afirmou que a sugestão era muito oportuna e que esperava que se viesse a concretizar para bem do concelho. -----

----- De seguida foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal Abel Moreira, do CDS-PP, que afirmou que o grupo municipal do CDS-PP, se associava a esta proposta, porque ela iria beneficiar a população do concelho das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Velas. -----

----- Após esta intervenção, e não havendo mais intervenientes, a proposta de sugestão foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Tendo sido apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP uma recomendação sobre o reinício das obras no edifício sol, o senhor Presidente da Assembleia convidou o senhor secretário da mesa a ler o texto de tal recomendação. --

----- Após a leitura da recomendação, o senhor Presidente da Assembleia, concedeu a palavra ao senhor Luís Silveira, deputado municipal do CDS-PP, para fazer a apresentação da referida recomendação, tendo o senhor deputado municipal Luís Silveira afirmado que a apresentação desta vinha no sentido de avançar o mais rápido possível para o acabamento de uma obra que o executivo camarário decidira parar havia já um ano, e que se estava a degradar, dando uma péssima imagem da freguesia, para além da mesma oferecer pouca segurança aos transeuntes. Refiro ainda que, após a paragem das obras, o empreiteiro que a estava a realizar retirou todas as vedações lá existentes, pelo que as crianças iam para lá brincar, sendo possível que alguma se magoe. Também frisou que outra valência que poderia ficar parada seria a construção de uma casa mortuária, obra essa que o governo regional repetidamente havia dito que tinha disponível o dinheiro para a mesma, esperando que da parte do senhor Presidente da Câmara houvesse sensibilidade para apoiar tal iniciativa de forma a se concluir a obra. -----

----- Após esta intervenção, foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que informou que a vedação da obra do edifício sol iria ser reposta o mais rápido possível, e que a Câmara estava a evidenciar esforços para que essa obra arrancasse rapidamente. -----

----- Posto isto, e não havendo mais inscrições nem intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou a recomendação à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor secretário da mesa para ler uma outra recomendação, também apresentada pelo CDS-PP, solicitando à Câmara que os contratos celebrados na sequência de ajuste directo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

sejam publicados na página do município na Internet. Após a leitura da recomendação, foi concedida a palavra ao deputado municipal do CDS-PP, senhor Dário Toledo, que fez a apresentação da recomendação tendo dito que a recomendação tinha basicamente a ver com a transparência e rigor que devem reger todas as acções dos órgãos autárquicos. -----

----- Sendo esta proposta de recomendação colocada à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- Terminado este ponto do período de Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia anunciou o início do período destinado à intervenção do público, explicando que para a intervenção do público tornava-se necessário, segundo o estipulado no número 2, do artigo 25º do Regimento que "os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar", perguntando de seguida às pessoas presentes no público se pretendiam intervir e, em caso afirmativo, solicitava que se inscrevessem nos termos regimentais, comunicando que o munícipe (ou munícipes) que pretendessem usar da palavra teriam de declarar nos termos regimentais o seu nome, freguesia de residência e o assunto a tratar e chamando a atenção para o facto de, regimentalmente, o período de intervenção não poderá exceder cinco minutos. -----

----- Relativamente à duração das intervenções, o senhor Presidente da Assembleia esclareceu ser forma de agir habitual da assembleia municipal não coarctar a palavra a quem pretender exprimir-se em assuntos de interesse concelhio para além de ser sempre uma honra para a mesma Assembleia ter público presente pelo que comunicava aos eventuais intervenientes que não contabilizaria o tempo de intervenção esperando da parte deles a parcimónia que as circunstâncias aconselharem. -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia foi então perguntado às pessoas presentes se queriam usar da palavra e, se o quisessem fazer, solicitava que se inscrevessem nos termos regimentais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Inscreveram-se para usar da palavra neste período as senhoras Tânia Silveira, Sónia Silveira e Elisabeth Azevedo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, concedeu a palavra à munícipe Tânia Silveira, que no uso da mesma, informou ser Presidente da Associação Amigo Animal, e questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a colocação do tecto no canil municipal, já que vários membros dessa associação haviam conseguido obter os materiais necessários para o referido tecto nas quantidades e espécie que lhe haviam sido indicados pelo senhor Presidente do Conselho de Administração da empresa municipal Velas Futuro e que, até àquela data, apesar de já terem passado algumas semanas, ainda não ter sido colocado o referido tecto no canil municipal. -----

----- Em seguida, o senhor Presidente da Assembleia, concedeu a palavra à munícipe Sónia Silveira, que informou ser Vice-Presidente da Associação Amigo Animal que, debruçando-se também sobre o canil municipal, nomeadamente quanto ao funcionário que estava lá destacado pela empresa municipal, Velas - Futuro, e que, no seu entender, estava prestando um mau serviço, porque nem limpava os canis nas melhores condições higiénicas nem fornecia a alimentação adequada e necessária aos animais. -----

----- Terminadas as duas intervenções anteriores, o senhor presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que informou que o canil municipal estava entregue à Velas--Futuro mas que o Município iria tentar solucionar o problema. -----

----- Tendo sido concedida novamente a palavra à munícipe Tânia Silveira, esta informou já terem sido que enviados vários esforços junto da Velas Futuro sobre esta matéria, mas que os respectivos resultados foram sempre nulos, pelo que tinham optado por colocarem as questões directamente ao senhor Presidente da Câmara por ser ele quem, em última análise, mandava na empresa municipal. -----

----- Terminada esta intervenção, o senhor presidente da Assembleia concedeu, de seguida, a palavra à munícipe Sónia Silveira, que questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a lógica da empresa ou a Câmara ter um funcionário no canil municipal que tinha medo dos cães e não arranjavam alguém que não tivesse medo dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

animais. Prosseguindo, apresentou uma outra questão relativa ao facto da Câmara Municipal não possuir veterinário nos seus quadros e solicitou informação sobre a oportunidade e a temporalidade da Câmara Municipal contratar um veterinário para os seus serviços. -----

----- Após esta intervenção, foi concedida a palavra à munícipe Elisabeth Azevedo, que informou ser secretária da Associação Amigo Animal e pretendia falar sobre a proposta de regulamento de canis municipal que havia sido feita acerca de dois anos, tendo na altura tido uma reunião com os representantes da Assembleia Municipal de então, porque a associação era da opinião que o regulamento apresentado pela Câmara Municipal poderia ser melhorado. Informou também que a associação havia enviado aos então deputados municipais, senhores Luís Silveira, Manuel Silveira e João Estrela e para a Câmara municipal, uma proposta de regulamento apresentada pela Associação, não tendo ainda obtido qualquer resposta. -----

----- Prosseguindo disse que, como a Associação não tinha tido nenhuma resposta em relação a tal proposta de regulamento, perguntou onde parava esse regulamento. A munícipe também questionou a Câmara Municipal sobre quem iria tratar dos animais que estivessem doentes, enquanto não existisse um veterinário municipal. ---

----- O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para congratular-se com a postura das intervenientes e pelo conjunto de informações que haviam trazido à Assembleia e para informar que a lei determinava que todo e qualquer regulamento a aprovar pela Assembleia Municipal teria legalmente de ter por base uma proposta da Câmara Municipal pelo que o início do processo teria de partir da Câmara, dando a garantia que logo que tal proposta desse entrada na Assembleia, seria imediatamente agendada para análise, discussão e votação. -----

----- De seguida, e a seu pedido, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que informou que o funcionário adstrito ao canis tinha com efeito medo dos cães e, por aí, nada se poderia fazer, prometendo contudo reunir-se com a pessoa responsável pelo canis municipal para, em face do que havia sido dito, tomarem medidas julgadas mais adequadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Após esta intervenção, foi concedida a palavra ao deputado municipal do PSD, senhor Mark Marques, que começou por, citando Gandhi, dizer que "a grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo como os seus animais são tratados", e esclarecendo que, para si, mais importante do que escarpelizar o passado seria resolver o futuro. Prosseguindo, e depois de ter elogiado o trabalho feito pela Associação, o senhor deputado municipal Mark Marques, falou da importância da existência de um regulamento para o canil municipal, e da sua total disponibilidade para fazer parte da comissão de redacção do referido regulamento de canil. -----

----- Pelo senhor presidente da Assembleia foi então dada a palavra ao deputado municipal do CDS-PP, senhor Luís Silveira, que começou por felicitar a Associação Amigo Animal por ter vindo expor as suas preocupações a esta Assembleia, referindo que, relativamente ao regulamento de canil municipal, tinha feito parte na anterior Assembleia Municipal da comissão de análise do regulamento proposto pelo executivo anterior, que de facto tinha recebido uma proposta alternativa de regulamento enviada pela associação. Aconteceu, porém, que o executivo camarário carregou na sua página da Internet e deu como ponto assente o regulamento inicial que apresentara a esta Assembleia e que por ela nunca chegara a ser aprovado. Depois o senhor deputado municipal Luís Silveira criticou a forma como a empresa municipal Velas Futuro tinha tratado o canil municipal, já que era essa empresa a responsável pelo canil municipal e que tinha demonstrado uma total insensibilidade para tratar de uma matéria como esta, e que o senhor Presidente da Câmara tinha a obrigação de fazer essas pessoas cumprir o seu dever.

----- Terminada a intervenção do senhor deputado municipal Luís Silveira, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à deputada municipal do PS, senhora Fátima Silveira, que manifestou a sua admiração pela coragem e persistência das jovens dirigentes da Associação Amigo Animal. -----

----- De seguida foi dada a palavra à deputada municipal do PSD, senhora Ana Pereira, que louvou o trabalho que tinha sido feito pela Associação, e pediu ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

senhor Presidente da Câmara que mudasse rapidamente o funcionário adstrito ao canal municipal. -----

----- Não havendo mais inscrições, passou-se de imediato à fase seguinte do período de "Antes da Ordem do Dia", que se destinava ao "tratamento de assuntos gerais de interesse para o município por parte dos deputados municipais", comunicando o senhor Presidente da Assembleia que sendo esta sessão autónoma, e tendo como razão base para tal autonomia a concessão de oportunidades aos senhores deputados municipais debaterem questões julgadas de interesse para as nossas populações, convidou as direcções dos Grupos Municipais a apresentarem à Mesa o "nome dos seus membros que desejem usar da palavra". -----

----- Depois de feitas as inscrições dos senhores deputados que queriam usar da palavra neste período, a primeira intervenção coube ao senhor deputado do CDS-PP, Abel Moreira, que questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a data para uma intervenção na canada Vinhas de Dentro, porque a referida se encontrava em perfeita calamidade. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, que referiu que esta canada era uma de várias que precisavam de intervenção mas que a Câmara tinha elaborado o orçamento possível e não aquele que, por falta de dinheiro, gostariam ter efectuado, pelo que não podia garantir que fosse feita alguma intervenção nessa canada, mas que a Câmara iria fazer um esforço para tentar alguma intervenção na referida canada. -----

----- Após esta intervenção, foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal Mark Marques, que informou ter sete questões a colocar, mas que, por uma questão de economia de tempo iria colocar apenas uma e essa prendia-se com o futuro parque de combustíveis de São Jorge, e com a sua localização em terrenos junto ao campo de futebol das Velas, numa zona de expansão habitacional da Vila e numa zona em que existia uma escola, e questionou a Câmara sobre o porquê de não seguir o exemplo de outras ilhas. Acrescentou que, na sua opinião, o parque de combustíveis se deveria situar no futuro num espaço conquistado ao mar, junto ao porto comercial de São Jorge. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- De seguida, o senhor presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que começou por dizer que manter o parque de combustíveis no sítio onde ele estava e nas condições em que estava, é que era uma autêntica bomba, e que os dois consórcios que distribuíam combustíveis na região há muito tempo que andavam à procura de um sítio para armazenar os combustíveis e que, por esse motivo, tinham abordado a Câmara, acrescentando que a resposta fora dada pela Câmara e não pelo Presidente da Câmara. Continuou, alegando que após a abordagem, e depois de procuraram por toda a vila das Velas e arredores, tinham chegado à conclusão que aquele era o lugar ideal para colocar o parque de combustíveis, sendo essa escolha baseada numa questão de dar mais segurança às Velas. -----

----- Após esta intervenção, usou da palavra o senhor deputado municipal Mark Marques que disse ter-se apercebido, pelas palavras do senhor Presidente da Câmara, que este não teria percebido as suas palavras, porque o que estava em questão não era a segurança da futura a localização porque sabia muito bem que as actuais instalações não eram seguras, mas insistia nas razões pelas quais não se faria algo seguro num espaço conquistado ao mar, acrescentando que o senhor Presidente da Câmara também havia votado tal localização porque a acta dizia que deliberação fora aprovada por unanimidade. -----

----- Foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara que na sua intervenção refutou as afirmações do deputado Mark Marques, porque não havia dito que não tinha votado, mas apenas que não tinha votado sozinho, porque tinha sido aprovado por unanimidade, e que repetia que as actuais instalações é que não podiam continuar onde se encontravam porque representavam um verdadeiro perigo para as Velas. -----

----- De seguida usou, de novo, a palavra o senhor deputado municipal Mark Marques que questionou o senhor Presidente da Câmara se tinha sido considerada a hipótese de conquistar ao mar um espaço para a construção do parque de combustíveis junto ao porto comercial de S. Jorge, ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu ter sido equacionada essa hipótese mas verificado não espaço e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

que o parque de combustíveis tinha que sair dali rapidamente, apesar de, mesmo assim, levar no mínimo dois anos a concluírem as obras, para saírem do sítio onde estava localizado. -----

----- Após esta intervenção, ripostou o senhor deputado municipal Mark Marques que havia dito que presentemente houvesse espaço no actual comercial mas o que tinha-se referido era sobre a conquista de um espaço ao mar porque a solução preconizada pela Câmara Municipal era uma má solução. -----

----- À seu pedido, foi concedida a palavra ao senhor Manuel Silveira, Presidente da Câmara, que afirmou querer a Câmara resolver aquele problema e salvaguardar os cidadãos. -----

----- Após esta intervenção, foi concedida a palavra ao deputado municipal do PS, senhor Amaro Soares, que disse querer-se juntar ao senhor deputado municipal Abel Moreira no protesto pelo estado em que se encontrava a canada Vinhas de Dentro, mas dizer também que a junta de freguesia da Urzelina, em conjugação com a Câmara Municipal, estavam a planear para, no princípio do mês de Janeiro, fazer um melhoramento no acesso a essa canada. -----

----- De seguida, foi concedida a palavra ao deputado municipal do CDS-PP, senhor Luís Silveira, que questionou o senhor Presidente da Câmara, relativamente à recomendação apresentada na Assembleia Municipal pelo grupo municipal do CDS-PP, sobre a ligação Beira-Derroca, se à mesma já tinha sido dada algum encaminhamento para o governo e, em caso afirmativo, se a Câmara já havia tido alguma resposta. -----

----- Continuando o senhor deputado municipal Luís Silveira, referiu-se também à questão do parque dos combustíveis, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se as empresas que reuniram com a Câmara Municipal, o informaram se seria sua pretensão aproveitarem o actual quadro comunitário de apoio, de forma a se candidatarem aos fundos comunitários que acabam em 2013, porque, se assim fosse, estaria dada a resposta ao deputado Mark Marques, visto o senhor Presidente do Governo Regional haver dito que pretendia candidatar a obra do porto comercial de São Jorge no final da legislatura, ou seja no final do ano de 2012, acrescentando que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

se assim fosse, era óbvio que esse consórcio comercial não iria a tempo de conseguir os fundos comunitários, já que deviam pretender apresentar a candidatura num tempo útil para aproveitar tais fundos comunitários. -----

----- Foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, em relação à primeira questão apresentada pelo senhor deputado municipal Luís Silveira, informou ter enviado a recomendação apresentada pelo grupo municipal do CDS-PP, mas que ainda não tinha tido qualquer resposta da parte do governo regional. --

----- De seguida usou da palavra o deputado municipal do PS, senhor Rui Sequeira, que perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual tinha sido a justificação dos requerentes para não se fazer o parque de combustíveis em São Pedro, mas Entre-Os-Morros. -----

--- Após esta intervenção foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que em resposta à questão colocada pelo senhor deputado Rui Sequeira, disse não ter tido conhecimento da hipótese do parque de combustíveis ser construído em São Pedro, mas tinha conhecimento de existir uma razão óbvia para não se colocar tal hipótese e que tal razão era baseada nos custos elevados que essa solução comportava.

----- Não havendo mais senhores deputados inscritos, foi dado por terminado este período, passando-se de imediato ao período, com duração máxima de trinta minutos, destinado ao tratamento de assuntos específicos das freguesias do concelho a utilizar pelos senhores Presidentes das Juntas, tendo o senhor Presidente da Assembleia esclarecido que, para garantia da participação de todos os senhores Presidentes das Juntas que quisessem utilizar esse período, convidava os senhores representantes das freguesias a inscreverem-se. -----

----- Foi inicialmente dada a palavra ao presidente da junta de freguesia da Urzelina, senhor Amaro Soares, que questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a situação do processo de classificação da Torre Velha da Urzelina, e para quando estava prevista uma solução para o problema do cemitério daquela freguesia.

----- De seguida, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, em relação à torre da Urzelina, informou ter sido dado encaminhamento ao ofício da junta de freguesia e que a Câmara aguardava a resposta, enquanto que, no que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

referia ao cemitério da Urzelina, afirmou que tal assunto era também uma preocupação da Câmara, e que já havia sido efectuado o levantamento topográfico e que o gabinete da Câmara iria elaborar o projecto, solicitando ao senhor presidente da Junta de Freguesia que contactasse o arquitecto municipal para o efeito -----

----- Foi então dada a palavra ao presidente da junta de freguesia da Urzelina, senhor Amaro Soares, que alegou que quem mandava na Câmara era o Presidente, e que gostaria que fosse o senhor Presidente da Câmara a usar a sua autoridade para que o projecto do cemitério fosse elaborado rapidamente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para informar que iria tentar resolver o mais rápido possível esse problema. -----

----- Após esta intervenção, foi concedida a palavra ao senhor Presidente da junta de freguesia de Rosais, senhor Luís Silveira, que, numa base de oposição construtiva, afirmou reconhecer publicamente o trabalho que o Município das Velas estava a desenvolver em Rosais, em parceria com a junta de freguesia e com os Serviços de Desenvolvimento Agrário de São Jorge, na manutenção e reparação dos caminhos agrícolas, cujas obras eram de grande necessidade devido aos transtornos que estavam a causar aos agricultores a sua anterior falta de manutenção anterior. -----

----- A pedido da senhora Vereadora Isabel Teixeira, que pediu para usar a palavra em defesa da honra. O senhor Presidente da Assembleia, concedeu-lhe a palavra, e esta disse ter sido incriminada na Assembleia acerca da localização do parque de combustíveis, mas não se sentia como tal. -----

----- Em relação aos parque de combustíveis, informou que, não sendo a única incriminada porque estavam presentes na Assembleia a senhora Fátima Silveira e o senhor Rui Dequeira, á data Vereadores da oposição, quando tinha surgido esta questão da Bencom, a Câmara havia mandado um ofício, redigido pela interveniente, à Secretaria da Economia, e que, posteriormente, a senhora Vereadora da altura, Fátima Silveira, tinha efectuado outra proposta, que também fora remetida à Secretaria da Economia, cuja resposta vinda daquela Secretaria Regional informava que esse assunto dependeria exclusivamente de acordo entre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Município e a empresa concessionária, pelo que deveria ser resolvido entre essas duas partes. Acrescentou que, ao que sabia o mar não pertencia ao Município, pelo que, se o governo iria fazer uma obra em que poderia anexar o parque de combustíveis, da sua parte congratulava-se com isso. -----

----- Continuando a sua intervenção, disse que na altura, como agora, era necessário retirar aquele parque de combustíveis daquela zona, pelo tinha sido proposto São Pedro e outros sítios, mas a empresa concessionária dizia que não tinham tubagens que comportasse tais subidas. -----

----- Por fim a senhora Vereadora Isabel Teixeira congratulou-se por o senhor Presidente da Câmara se ter lembrado que os Vereadores da oposição faziam parte do executivo, só se era porque os outros Vereadores não estavam presentes. -----

----- Terminada a última parte do Período de Antes da Ordem do Dia, foi dado início á Ordem de Trabalhos, iniciando-se este período pelo seu primeiro ponto, que versava a análise da Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia. -----

----- Antes, porém, do início da análise deste primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia comunicou ao plenário não ter tido tempo de apresentar nesta sessão as actas das últimas sessões, muito embora elas estejam em adiantada fase de elaboração, justificando que a análise do Plano e Orçamento para 2011 e o estudo da situação financeira grave que a Câmara Municipal atravessa - que, parece, não tirar o sono a muitos responsáveis - tinha-lhe absorvido mais tempo do que o que havia programado, pelo que não chegara a concluir as outras obrigações pelo que pedia desculpa aos senhores deputados. -----

----- Acrescentou que, no entanto, havia prescindido de elaborar as actas com a plena consciência de não prejudicar ou atrasar qualquer obrigação exterior à Assembleia Municipal nem ao regular funcionamento da Câmara Municipal já que, desta vez, todas as matérias de execução exterior haviam sido aprovadas em minuta, ficando a acta a ter apenas eficiência interna, para além do valor documental histórico que elas sempre representavam, comprometendo-se a que, logo que as mesmas estivessem concluídas, a enviá-las aos senhores deputados municipais que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

teriam então a oportunidade de comunicarem a sua apreciação sobre as referidas actas que, como sempre, seriam tidas em conta. -----

----- Agradecendo a compreensão, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a discussão do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Tomou então a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal para informar que mandara distribuir no início da presente sessão da Assembleia alguns documentos integrantes da matéria a tratar neste ponto da Ordem dos Trabalhos porque eles apenas lhe foram fornecidos, a seu pedido, na passada segunda-feira pelo que não tinha tido possibilidades, em tempo útil, de os fazer chegar às mãos dos senhores deputados com maior antecedência. -----

----- Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia constatou que, apesar das substanciais melhorias que se tinham vindo a verificar na apresentação do documento escrito informativo do senhor Presidente da Câmara, ele ainda padecia de uma lacuna relacionada com a inexistência de qualquer referência "às actividades desenvolvidas pela Câmara nas empresas municipais" bem como aos resultados obtidos nas Associações de Municípios e os resultados financeiros disponíveis das empresas municipais, conforme dispõe as alíneas a) e b) do artigo 17º do Regimento desta Assembleia. -----

----- Acrescentou ainda que a dita "informação", imposta pela lei e não por qualquer capricho desta Assembleia, não cumpriu todos os outros itens habituais já que nem foi acompanhada de qualquer referência à situação financeira da Câmara, nem quanto à dívida (à banca e aos fornecedores) nem às disponibilidades de tesouraria, tendo essa parte sido entregue na Assembleia, e a pedido meu, apenas no dia 27 deste mês, ou seja, anteontem, considerando que se a resposta por parte do Gabinete da Presidência da Câmara à proposta da Assembleia e ao respectivo ofício de 29 de Setembro tivesse sido efectuada em tempo útil possivelmente não se deparariam com a situação de incumprimento da legislação por parte da Câmara já que é imposto ao Presidente da Câmara que "da informação prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 53º (que impõe a obrigatoriedade da informação escrita do Presidente da Câmara) devem, também, constar obrigatoriamente as matérias referidas na alínea d) do n.º 1 do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

mesmo artigo (descrição da actividade da Câmara e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado) bem como o saldo e estado actual das dívidas a fornecedores, e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e estado actualizado dos mesmos”-----

----- Concluiu a sua intervenção dizendo que, como Presidente da Assembleia Municipal e na obrigação ética de zelar pelo seu bom nome e a sua dignificação, lamentava a resposta tardia ao ofício em referência e, sobretudo, o desrespeito de que esta Assembleia tem sido alvo através do incumprimento das determinações legais impostas ao senhor Presidente da Câmara e que, apesar dos alertas feitos em todas as sessões ordinárias desta Assembleia, não têm sido cumpridas e que tinha em atenção que fazia nestes dias um ano da primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal e que, desde essa altura, a Câmara Municipal tinha sido sempre alertada para as deficiências de tal informação escrita pelo que lhe parecia ter chegado a hora de denunciar que já tinha havido tempo suficiente para aprender e, caso não tivessem aprendido, tinha havido tempo suficiente para o cumprimento das disposições legais aplicáveis. -----

----- Continuando no uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o mesmo disse que gostaria de solicitar ao senhor Presidente da Câmara Municipal algumas informações sobre dúvidas institucionais que se lhe levantavam, nomeadamente quanto à referência feita na informação escrita apresentada pelo senhor Presidente da Câmara quando se dizia ter efectuado “pedido de audiência a Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores, a fim de discutir o estado financeiro do Município” solicitando esclarecimentos sobre a resposta dada sobre esta matéria por parte do senhor Presidente do Governo Regional; também solicitou, relativamente à passagem da informação escrita que dizia que, além da “contratação da empresa de assessoria e consultadoria “Smart Vision”, foi efectuado um “trabalho de estudo relativamente à manutenção ou encerramento das Empresas Municipais”, informações dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

resultados de tal estudo; e, finalmente, congratulou-se com a notícia do "início dos trabalhos de informatização do Município", solicitando que o senhor Presidente da Câmara informasse a Assembleia sobre as acções já implementadas sobre esta matéria. -----

----- Terminada a sua intervenção, o senhor Presidente da Assembleia comunicou a passagem à apreciação da informação escrita, dando a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar uma exposição sobre o assunto. -----

----- No uso da palavra o senhor Manuel Silveira, Presidente da Câmara, informou que relativamente ao ofício enviado ao senhor Presidente do Governo Regional, havia tido uma resposta positiva e que no dia 4 de Janeiro, o senhor Vice-Presidente do Governo viria a S. Jorge para se reunir com o Município. Em relação às empresas municipais, afirmou que estas estavam praticamente moribundas e que a Câmara tinha contratado uma empresa do exterior que estava a fazer um estudo sobre a melhor forma de encerrar as empresas sem prejudicar o Município. Quanto à informatização do Município informou que a empresa contratada para fazer o estudo do eventual encerramento das empresas, também estava a iniciar um outro estudo sobre a informatização do Município. -----

----- De seguida foi dada a palavra ao deputado municipal do CDS-PP, senhor Abel Moreira, que referiu o alto valor que a empresa Smart Vigin, levara para a execução de tais estudos, e que se sentia ofendido porque quando fora chamado para uma reunião, em que estiveram presentes o senhor Presidente da Assembleia e os líderes dos grupos municipais, o senhor Presidente da Câmara tinha dito que o estudo iria custar trinta e cinco mil euros, e, recentemente, quando não foi o seu espanto ao ver que tais trabalhos tinham sido adjudicados por setenta e quatro mil setecentos e oitenta e dois euros e, por isso, queria expressar a sua discordância, quer, em primeiro lugar, pelo valor não corresponder ao que lhe tinha sido informado pelo senhor Presidente da Câmara, quer, depois, por achar demasiado caro o custo de um estudo destes. -----

----- Após esta intervenção foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que em resposta ao senhor deputado Abel Moreira, disse que o que estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

contratado com essa empresa também se referia à informatização do Município e que tais trinta e cinco mil euros a que se referira o senhor deputado municipal Abel Moreira, eram referentes a um contrato com outra empresa que estava a fazer um estudo sobre a reestruturação do Município. -----

----- Foi concedida novamente a palavra ao senhor deputado municipal Abel Moreira, que referiu que não ser o que o senhor Presidente da Câmara havia informado que se encontrava estabelecido no contrato, que tal contrato era público. --

----- Foi de novo concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que reafirmou tratar-se de outra empresa que já estava no Município havia muitos anos, e que tal empresa é que tinha ajudado a implementar a classificação do pessoal do Município. -----

----- Após esta intervenção, usou da palavra o deputado municipal do T.D.S.-P.P., senhor Luís Silveira, que começou a sua intervenção por dizer que aquilo que lhe tinha sido transmitido após a reunião que o senhor Presidente da Câmara havia tido com o senhor Presidente da Assembleia e com os líderes dos grupos municipais, era que o Município iria para o saneamento financeiro, e que o custo inerente ao estudo que essa empresa iria fazer sobre esse assunto custaria trinta e cinco mil euros, e o que estava estabelecido no contrato em referência não falava em informatização, mas referia-se ao estudo do eventual encerramento das empresas municipais, prestação de contas de 2010 e saneamento financeiro do município, pelo que o que lhe tinha sido transmitido após essa reunião, referia-se a um contrato orçado em trinta e cinco mil euros, e o contrato realizado ascendia a setenta e cinco mil euros. -----

----- O senhor deputado municipal, Luís Silveira, no prosseguimento da sua intervenção, disse ainda que o gabinete de apoio do senhor Presidente da Câmara era o mais caro de sempre de qualquer Presidente da Câmara das Velas, e que comprovava a sua ineficácia e falta de capacidade de trabalho, ao ser necessário tal quantidade de estudos e de serviços de consultadoria, cuja despesa era aumentada ao custo do referido gabinete de apoio. -----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor deputado Luís Silveira, perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que poderia dizer em concreto sobre o Ecomuseu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

e sobre o Centro de Processamento de Resíduos, visto que na Informação escrita do senhor Presidente da Câmara se falava de uma reunião que o executivo da Câmara tinha mantido com o senhor Director Regional do Ambiente, em que se tinha falado desses temas. -----

----- Outra questão colocada pelo senhor deputado municipal Luís Silveira referia-se à situação em concreto do Plano de Emergência Municipal. -----

----- À finalizar, o senhor deputado municipal Luís Silveira, solicitou informações do senhor Presidente da Câmara sobre o problema da facturação da água e das inúmeras queixas que tinha recebido de munícipes acerca do valor exorbitante apresentado em alguma dessa facturação. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, a pedido do senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra à senhora Encarnação Pereira, técnica do Município, que disse que os referidos trinta e cinco mil euros referiam-se à primeira auditoria e que o valor de dezasseis mil seiscentos e quarenta e quatro euros referiam-se ao contrato estabelecido com a empresa que havia elaborado o TGA-DAP, para além de que essa mesma empresa havia feito a revisão dos serviços da Câmara pelo valor de dez mil trezentos e cinco euros. Referiu ainda que a empresa Smart Virgin estava a fazer o trabalho referente ao estudo do eventual encerramento das empresas municipais pelo valor de cinco mil quatrocentos e dezasseis euros e a informatização da Câmara pelo valor de sessenta e nove mil novecentos e cinquenta e oito euros. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra para informar que, na sua opinião, o problema não estava nos números mas no esclarecimento dado pelo senhor Presidente da Câmara que não coincidia com os números apresentados pelo senhor Presidente da Câmara na referida reunião que manterá com o Presidente da Assembleia e os presidentes dos Grupos Municipais, tendo-se verificado na qual, quando o senhor Presidente da Câmara foi questionado sobre os custos do estudo sobre o eventual saneamento financeiro, ter sido dito que o mesmo custaria à volta de trinta e cinco mil euros, e que, no seu entender e pela discussão produzida na sessão que decorria, o valor apresentado pelo senhor Presidente havia sido lançado sem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

grande base, pelo que os valores agora documentados não coincidem com os valores anunciados que nessa reunião. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, de seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís Silveira, que esclareceu não duvidar dos números apresentados, mas que tais números não tinham nada a ver com o saneamento financeiro, já que o que estava nos contratos estabelecidos eram verbas destinadas ao estudo do eventual encerramento das empresas municipais, e uma outra verba para a informatização da Câmara, pelo que não havia nenhum valor referente ao saneamento financeiro, sendo esse o facto que se precisava perceber, visto o senhor presidente ter informado que o Município iria para saneamento financeiro, e que a empresa que iria fazer tal estudo custaria trinta e cinco mil euros, e concluiu que se estava a falar em verbas exorbitantes porque se tinham gasto sensivelmente duzentos mil euros em consultorias, para uma Câmara que estava numa situação financeira bastante má, como era o caso da Câmara das Velas, pelo que não podia de maneira nenhuma concordar nem apoiar tal despesismo. -----

----- Após esta intervenção, foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, em relação ao Plano de Emergência Municipal, informou já ter recebido as informações solicitadas de algumas juntas de freguesia, estando a pensar marcar uma reunião para breve. -----

----- Em relação ao problema da água, informou que o Município havia tido um problema no mês de Junho, porque a empresa que fazia a facturação da água tinha facturado com IVA a seis por cento, o que tinha causado um grande incómodo, acrescentando que tinham surgido várias reclamações dos munícipes, as quais têm sido analisadas e resolvidas caso a caso. -----

----- De seguida foi dada a palavra, ao deputado municipal do CDS-PP, senhor Luís Silveira, que, em relação ao Ecomuseu e ao Centro de Processamento de Resíduos, disse perguntar muito concretamente ao senhor Presidente da Câmara Municipal se existia já respostas ou se estavam a aguardar tais respostas. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que informou estar a aguardar resposta em ambos os casos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- De seguida foi concedida a palavra ao senhor deputado Luís Silveira, que referiu ter sido publicado no Diário da República, no 26 de Novembro de 2010, a abertura do concurso público do Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge, pelo valor de seis milhões de euros, a construir na freguesia da Calheta, Ilha de São Jorge, pelo que não achava muito aceitável que o senhor Director Regional tivesse vindo reunir com a Câmara das Velas e dizer que ainda estava para dar uma resposta, quando a própria secretaria do Ambiente tinha aberto um concurso público, editado em Diário da República e mais ter sido publicado em Diário da Região a compra de terrenos para construir o Centro de Processamento de Resíduos. Por tais factos, não percebia como era que o senhor Director Regional se podia comprometer com a Câmara com uma possível resposta sobre eventual localização do Centro de Processamento de Resíduos nas Velas, conforme dizia a informação do senhor Presidente da Câmara enviada à Assembleia Municipal, quando o próprio Secretário que chefiava a Direcção Regional já tinha mandado publicar a contratação e a abertura de concurso público, pelo que havia uma grande contradição entre os factos reais apontados e a informação prestada pela Câmara Municipal. -----

----- Após esta intervenção, foi concedida a palavra à deputada municipal do PSD, senhora Ana Pereira, que em primeiro lugar congratulou-se com a abertura do portão lateral da escola primária de Velas, se referiu à confusão causada pelo engano do IVÁ na facturação da água, e, em relação à informação da Câmara que constava no documento apresentado, sobre aquisição de recipientes para a recolha de dejectos de cães e gatos, perguntava quem, depois, iria recolher isso, porque deveria ser uma piada. -----

----- De seguida foi dada a palavra ao deputado municipal do CDS-PP, senhor Dário Toledo, que, em relação ao parágrafo que vinha na Informação escrita do Presidente da Câmara referente à contratualização com a empresa responsável pelo abastecimento de combustíveis na ilha do terreno, questionava concretamente onde era a localização desse terreno, em que ponto se encontrava a negociação, e quais seriam as contrapartidas financeiras para o Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Fei concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que em resposta ao deputado Dário Toledo, afirmou que o terreno se situava junto ao Morro, no antigo ponto de abastecimento de água utilizado pelos agricultores, que naquela data a Câmara se encontrava numa fase de negociações pelo que não podia adiantar valores, muito embora existisse no Plano e Orçamento uma estimativa, mas nada podia adiantar quanto a valores concretos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra para perguntar se tais terrenos já estavam registados no Registo Predial em nome do Município das Velas, para que não surgissem os problemas que havia ocorrido no caso do campo de Futebol da Urzelina e em outras situações. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, usou da palavra e para informar que a Câmara estava a tratar do assunto, concretamente com uma equipa que estava a fazer o levantamento topográfico dos terrenos em causa, e que a Câmara os ia legalizar o mais rápido possível. -----

----- De seguida foi dada a palavra ao deputado municipal, senhor Dário Toledo, que referiu ter sido dito publicamente que esse espaço se destinava à construção das piscinas municipais cobertas, pelo que perguntava ao senhor Presidente da Câmara se existia ou não a possibilidade de coadunar os dois projectos. -----

----- Após esta intervenção foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que informou que a Câmara tinha de resolver urgentemente o problema do parque de combustíveis e, dada essa urgência, ela iria resolver em primeiro lugar o problema do parque dos combustíveis, e depois pensariam na piscina, que também era importante. -----

----- Não havendo mais intervenções sobre esta matéria e não sendo ela passível de votação, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos que versava o "Eventual pronunciamento sobre o Relatório de Informação Semestral da Sociedade de Revisores de Contas UFFY". -----

----- Antes da concessão da palavra ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores deputados municipais, o senhor Presidente da Assembleia enquadrou o assunto em análise, dizendo que o mesmo se reportava ao Relatório Semestral relativo ao 1º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Semestre do corrente ano que, pelo contrato tardio efectuado com a Sociedade de Revisores Officiais de Contas acima identificada, só agora havia sido enviado à Assembleia Municipal, constatando que o seu conteúdo fora distribuído atempadamente a todos os senhores deputados municipais pelo que, julgava, caso o pretendessem fazer, estarem aptos a se pronunciarem. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia, dado que esta análise coincidia com a análise das propostas de Plano e Orçamento para 2011, chamou a atenção para o facto da taxa de cobertura das despesas pelas receitas ser de 103,1%, isto é, que no 1º Semestre do corrente ano verificava-se uma execução financeira do Orçamento equilibrada pelo que o desequilíbrio que se indicava no passado dia 27 de Dezembro de uma taxa de cobertura a rondar os 81,9% havia ocorrido no segundo semestre do corrente ano, acrescentando que até 30 de Junho de 2010 haviam sido cobradas receitas no valor de 3 657 969,02 € e, no mesmo período, realizadas despesas no valor de 3 548 023,08 €, verificando-se um saldo positivo de 109 945,94 €, enquanto que até 27 de Dezembro as receitas cobradas ascendiam a 6 558 406,44 € e as despesas realizadas tinham sido de 8 009 150,05 €, o que correspondia a um saldo negativo de 1 450 743,61 €, concluindo ter havido uma acentuada derrapagem da execução orçamental no segundo semestre do corrente ano, motivada naturalmente por um deficiente acompanhamento de tal execução, lembrando a existência na Câmara Municipal de meios informáticos adequados a um acompanhamento diário de tal execução. -----

----- Na prossecução do uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia fez referência que o Relatório em questão apontava também para o facto do "endividamento reportado se encontrar subvalorizado pelo facto de não ter sido contabilizado o valor a transferir em períodos futuros, cerca de 5,2 milhões de euros, pela Velasfuture, L.M., referentes ao contrato programa", acrescentando a necessidade de análise de outro aspecto a que o Relatório chamava a atenção quando se referia que "à data ainda não se verificarem melhorias no suporte documental do registo de imobilizado" e à orientação de que "deverá ser efectuado até final de ano um relatório de acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Gestão, sendo que o actual plano prevê a nomeação de um auditor interno, facto que ainda não ocorreu até à data da nossa auditoria "-----

----- Terminada esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, no pressuposto que o senhor Presidente da Câmara teria algo a informar à Assembleia Municipal sobre o Relatório em análise, deu-lhe a palavra. -----

----- Não querendo o senhor Presidente da Câmara pronunciar-se, fei solicitação aos senhores Secretários da Mesa que anotassem os senhores deputados municipais que pretendiam usar da palavra sobre o Relatório de Informação Semestral. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, concedeu então a palavra ao senhor Abel Moreira, deputado municipal do CDS-PP, que questionou o senhor Presidente da Câmara sobre dois pontos do relatório, primeiramente sobre a rubrica, "outros trabalhos especializados", em que aparecia uma verba de sessenta e cinco mil citocentos e quarenta e três euros, que pensava ser para estudos, mas que gostaria de ser informado sobre a veracidade do seu julgamento, e em segundo lugar questionava se quanto ao valor de quarenta mil euros transferido na rubrica 08 para a Associação Cultural, se fora efectivamente gasto em despesas de capital. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, a pedido do senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra à senhora técnica municipal, Encarnação Pereira, que informou, no que se referia á verba para a Associação Cultural, que os revisores de contas não consideravam as festas classificadas em capital. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra para destacar que o relatório era referente ao primeiro semestre do ano, e que nessa altura as receitas cobradas estavam mais ou menos equivalentes às despesas efectuadas, mas que se notava agora com os últimos dados apresentados no dia 27 de Dezembro, um saldo negativo de 1.450.743 euros, entre as receitas e as despesas, o que era uma derrapagem muito grande e fazia ainda outra chamada de atenção em relação ao endividamento reportado, ter sido subvalorizado por não ter sido contabilizado o valor a transferir em períodos futuros, cerca de 5,2 milhões de euros da Velas Future, referentes ao contrato programa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

-----Terminada a análise do Relatório de Informação Semestral. Passou-se a apreciar o pedido da Câmara Municipal para a Contratação de Empréstimo a Longo Prazo. -----

----- Antes da concessão da palavra a qualquer outro orador, o senhor Presidente da Assembleia enquadrou este ponto da ordem de trabalhos dizendo que em 3 de Agosto do corrente ano fora entregue na Assembleia Municipal um ofício transcrevendo uma acta em que "a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal [...] autorização para a contracção do empréstimo ao B.A.N.F." remetendo-se então cópia da acta e propostas. -----

----- Desta forma, o assunto foi agendado para a sessão ordinária de 29 de Setembro do corrente ano, tendo, na altura, sido solicitado pelo senhor Presidente da Câmara o seu adiamento para a sessão seguinte, aquando a discussão do Plano e Orçamento.

----- Ora, como a Assembleia Municipal não recebeu qualquer comunicação da Câmara Municipal sobre esta matéria, foi a mesma agendada, conforme o pedido do senhor Presidente da Câmara na citada sessão de Setembro. -----

----- À oportunidade do agendamento deste assunto foi ainda reforçada pelo facto de que, ainda recentemente, o senhor Presidente da Câmara se ter pronunciado na Comunicação Social local informando que a construção das obras (pavilhões) apenas tinha sido adiada, muito embora tais obras não se encontrem inscritas no Orçamento e Plano para o ano de 2011, pelo que solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal uma informação política adequada a tal desfasamento entre esta proposta e o Orçamento que iria ser discutir mais tarde ou, caso fosse retirado ou adiado este pedido de empréstimo, a respectiva justificação. -----

----- Assim sendo perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se pretendia intervir sobre esta matéria. -----

----- Foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, em relação à proposta de Contratação de Empréstimo a Longo Prazo, disse que a Câmara quando tinha pedido o adiamento da discussão dessa proposta, era porque já tinha constatado que o Município estava bastante endividado, pelo que, neste momento, o Executivo não pretendia contratar tal empréstimo pelo que solicitava que fosse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

arquivada essa proposta, já que nesse momento a Câmara apenas queria pagar as dívidas que tinha, e eram muitas, e fazer o seu trabalho dentro das suas possibilidades, tendo portanto anulado completamente a contratação desse empréstimo, perguntando ao senhor Presidente da Assembleia se achava necessário a comunicação de facto por escrito que lhe faria chegar o mais rápido possível. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, disse que não era necessário ser tão institucional, porque tudo o que se passava na Assembleia ficava em acta, e por isso não seria necessária a comunicação por escrito, pelo que, se bem entendia da intervenção do senhor Presidente da Câmara, a proposta era retirada, ficando assim de nulo efeito para a Assembleia Municipal. -----

----- Retirado este assunto da ordem dos trabalhos, passou-se ao ponto seguinte da referida ordem de trabalhos, que versava a análise e eventual aprovação das propostas de Plano e Orçamento Municipais para o ano de 2011, que o senhor Presidente da Assembleia considerava, sem menosprezar a importância dos outros pontos da mesma Ordem, ser a matéria de maior impacto durante o próximo ano. ----

----- Entretanto o senhor Presidente da Assembleia chamou a atenção dos senhores deputados municipais para o facto de, posteriormente à entrega das propostas, ter sido aprovada em sede de sessão da Câmara Municipal, a instâncias de alguns elementos da Assembleia Municipal, uma alteração consubstanciada no aumento de verbas a transferir para as Juntas de Freguesia bem como os abatimentos consequentes a esta alteração, informando que tal deliberação havia sido enviada aos senhores deputados municipais pelo que a discussão das Propostas de Plano e Orçamento para o ano de 2011 deveria já integrar as citadas alterações introduzidas pela Câmara Municipal em sua reunião de 20 de Dezembro. -----

----- Após esta intervenção, e argumentando que as referidas propostas não apresentavam qualquer secção descritiva que permitisse avaliar as opções políticas subjacentes às mesmas, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que efectuasse a apresentação das propostas, suprimindo assim, de alguma forma, a lacuna formal que as propostas de Plano e Orçamento para o ano de 2011 apresentavam relativamente à carência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

qualquer parte descritiva que fundamentasse as opções políticas tomadas pelo executivo camarário. -----

----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara solicitou primeiramente que, caso fossem aprovados os documentos apresentados, os mesmos o fossem em minuta, referindo-se depois que o Plano e o Orçamento eram os possíveis mas não eram o que a Câmara queria porque gostaria de fazer mais coisas e que isto acontecia porque a Câmara não tinha dinheiro para as fazer. Referiu-se ainda que o Plano possuía somente as obras que tinham sido iniciadas e que já faziam parte do Plano do ano de 2010. Acrescentou que era um Plano realista e não estava empesado. -----

----- Feita essa apresentação dos documentos pelo senhor Presidente da Câmara Municipal passou-se de seguida à leitura do parecer que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal emitiu sobre estas propostas e que fica anexo a esta acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- Após a leitura do parecer da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia disse que lhe parecia que o Relatório acabado de ler tinha muito para discutir pelo que convidava o senhor Presidente da Câmara a pronunciar-se, caso quisesse, sobre as sugestões apresentadas no mesmo ou, eventualmente, sobre o seu conteúdo global, tendo sido indicado pelo senhor Presidente da Câmara não querer usar da palavra naquele momento. -----

----- Após isto, e dado o adiantado da hora, o senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração e, depois, à votação da Assembleia, o prolongamento dos trabalhos para além da meia-noite, o que, sem intervenções, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Antes de dar a palavra aos senhores deputados municipais, o senhor Presidente da Assembleia levantou algumas questões institucionais e formais, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se pensava apresentar em próximas propostas de planos e orçamentos alguns elementos descritivos que permitissem à Assembleia Municipal pronunciar-se sobre as opções políticas do Executivo Camarário, esclarecendo que, como era óbvio, tais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

opções políticas não iriam naturalmente merecer a concordância de todas as bancadas, (aliás por isso é que seriam opções políticas!) mas deveriam ser apresentadas como vontade de fundamentadamente marcarem a diferença. -----

----- Prossequindo na sua análise, o senhor Presidente da Assembleia alertou para o facto de não se vislumbrar nos documentos qualquer orientação política relativamente ao futuro das Empresas Municipais, cuja extinção foi anunciada e assumida pela Câmara na última reunião da Assembleia Municipal, questionando o senhor Presidente se as Empresas Municipais seriam/foram extintas este ano e não o tendo sido, que medidas estariam propostas ou pensadas para minimizar os seus efeitos negativos nas finanças municipais bem como a previsão temporal da tomada das medidas que eventualmente tenham sido planeadas.

----- Referiu-se também à verba de seiscentos e vinte mil euros prevista na rubrica 09 02 05 (Administração Pública Regional - Habitações) - idêntica à do ano anterior e cuja cobrança foi nula, questionando a eventual existência de documentação oficial que permita aferir das reais probabilidades de arrecadação de tal receita, já que o Orçamento Regional não inscrevia, para S. Jorge, um valor tão elevado, levantando as mesmas dúvidas quanto às receitas provenientes das rubricas 060401 (Transferências Correntes - Região Autónoma dos Açores) por se verificar não se ter arrecadado qualquer verba no ano de 2010, apesar de se ter previsto a cobrança de cerca de quatrocentos e cinquenta e sete mil euros, e por se prever para o ano de 2011 uma cobrança na ordem dos trezentos e sessenta e nove mil e quinhentos euros. -----

----- Na continuação da sua intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu-se ainda a uma informação do senhor Presidente da Câmara, que comunicava que tal dotação foi baseada em "várias conversações encetadas, pelos membros deste Executivo Camarário e as entidades de tutela", declarando uma clara confusão institucional quando se falava em "entidades de tutela", referindo-se a algumas Secretarias Regionais visto que, como presidente desta Assembleia Municipal, e julgando a posição consensual de todos os senhores deputados municipais, não aceitavam a tutela das referidas Secretarias Regionais já que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

como afirmara no Dia do Poder Local, ela só existia legislada quanto à avaliação da legalidade dos actos praticados pelos órgãos autárquicos, sendo de opinião que aquela concepção de tutela expressa na tal informação era atrofadora da autonomia do Poder Local, coisa que não se encontrava nem na letra nem no espírito da legislação vigente. -----

----- Acrescentou ainda o orador que, por outro lado, se constatava que a forma de transferência das verbas constantes em tais rubricas não se coaduna com a Lei de Finanças Locais e, como tal, a serem efectuadas nos moldes que a Câmara informou a Assembleia Municipal, estariam feridas de legalidade. -----

----- Referiu-se ainda o senhor Presidente da Assembleia que as propostas de Plano e Orçamento levantavam várias questões formais que nada tinham a ver com aspectos técnicos e contabilísticos mas, essencialmente, com questões políticas cuja explicação e fundamentação muito auxiliariam a Assembleia Municipal a emitir uma deliberação esclarecida sobre estas propostas, nomeadamente quando apontavam contabilisticamente para a extinção das Semanas Culturais, para o encerramento das Empresas Municipais, para o adiamento do edifício "Sol", etc. omitindo qualquer referência relativamente ao eventual saneamento financeiro, quando se tinha consciência que o recurso ao tal saneamento seria mais político do que contabilístico, pelo que gostaria que a Assembleia Municipal fosse informada da última versão da Câmara Municipal sobre o assunto, já que o mesmo fora anunciado aos presidentes dos grupos municipais da Assembleia Municipal alguns meses atrás. -----

----- Posto estes pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a discussão das propostas de Plano e Orçamento Municipais e convidou os senhores deputados municipais a inscreverem-se para o efeito. -----

----- Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia, concedeu a palavra ao deputado municipal do PSD, senhor Mark Marques, que felicitou a comissão permanente pelo documento apresentado, classificando-o de exaustivo e bastante clarificador, dizendo que, se fosse Presidente da Câmara, tinha sido demolidor, e que recomendava a leitura deste documento ao senhor Presidente da Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Também disse que o grupo municipal do PSD, iria votar contra porque não concordavam com estas opções, e que não seria com este Plano e Orçamento que o concelho iria sair do marasmo. -----

----- De seguida foi dada a palavra ao deputado do CDS-PP, senhor Luís Silveira, que em primeiro lugar felicitou a comissão permanente pelo excelente trabalho que desenvolveu na apresentação do parecer agora apresentado, e que deveria de servir catecismo ao senhor Presidente da Câmara, pela abrangência e pela qualidade de análise que tinha. -----

----- Relativamente ao orçamento, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o caminho da Fajã de João Dias, perguntando se o valor que constava no orçamento seria para pagar trabalhos já efectuados porque o senhor Presidente da Câmara se tinha comprometido em que o caminho estaria concluído até à festa da referida fajã e se tal promessa era ou não para cumprir e como a esperava concretizar financeiramente. -----

----- Prossequindo questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o facto de apenas existir orçamentada uma verba de dez mil euros para apoio às instituições culturais, perguntando se essa verba seria para liquidar o que faltava pagar dos protocolos feitos com algumas instituições referentes ao ano de 2010, e as razões que tinham levado o Município a pagar na totalidade os protocolos que havia feito com os clubes de futebol e só ter pago cinquenta por cento dos protocolos acordados com as sociedades filarmónicas, declarando discordar pessoalmente desta forma de agir. ----

----- Relativamente ao reforço das verbas atribuídas às juntas de freguesia, o mesmo senhor deputado municipal Luís Silveira felicitou o senhor Presidente da Câmara por tal medida, dizendo porém que continuava a achar que deveria existir um critério para tal atribuição e que o dinheiro não deveria ser dividido em partes iguais por cada junta de freguesia já que a população e as áreas eram diferentes. -----

----- O mesmo senhor deputado municipal referiu-se ainda ao gabinete técnico do Município recordando que, no passado, o actual Presidente da Câmara, quando era deputado municipal da oposição, tinha criticado inúmeras vezes o anterior executivo por ter um gabinete técnico da Câmara, com quadros superiores,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

possuindo nomeadamente um arquitecto, e dar continuamente projectos no exterior, que custavam balúrdios de dinheiro. Acrescentou que, no presente, esse gabinete técnico continuava a existir, que continuava a ter um arquitecto, que só tinha mudado o Presidente da Câmara, mas continuava-se a ver entregar no exterior, a um mesmo gabinete, o qual tinha sido tanto criticado pelo actual Presidente, valores absurdos por adjudicação de projectos e fiscalizações que, no mapa demonstrativo de investimento das obras que transitam de 2010 para 2011, ascendiam a cento e sessenta e seis mil euros de dívida a essa empresa, dando como exemplo a cobertura do tecto do edifício dos Paços do concelho, cujo projecto tinha custado dezassete mil e cem euros e a fiscalização do mesmo dezasseis mil euros, sendo de opinião que a Câmara não devia esconder-se à sombra dos erros do passado e prejudicar o desenvolvimento do concelho. -----

----- Após esta intervenção, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, que relativamente à cobertura do tecto do edifício dos Paços do Concelho informou que, para haver uma candidatura à Direcção Regional, teria que existir um projecto, e era de lei haver uma fiscalização. -----

----- Em relação às filarmónicas e aos protocolos que tinham sido efectuados, as regras estabelecidas comportavam a entrega inicial de cinquenta por cento e, depois, a entrega do restante consoante o que estivesse estabelecido no protocolo. -----

----- De seguida foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal Luís Silveira que alertou o senhor Presidente da Câmara para o facto de não ter respondido e, em relação ao projecto dos Paços do Concelho, questionou o senhor Presidente da Câmara, se achava ou não que o gabinete técnico da Câmara, e em concreto o arquitecto que era funcionário da Câmara, tinham capacidade para elaborar e fiscalizar esse projecto. -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que, em resposta à questão levantada pelo senhor deputado municipal Luís Silveira, informou que o gabinete técnico naturalmente tinha capacidade e que o caminho da fajã de João Dias iria ser realizado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- De seguida foi dada a palavra ao deputado municipal do PSD, José Luís Dias, que pediu explicações ao senhor Presidente da Câmara pelo facto de estar prevista a arrecadação de receitas de um milhão e quinhentos mil euros através do programa comunitário Proconvergência, existindo três candidaturas a fazer, uma do cemitério da Urzelina, que seria fácil candidatar, mas o mesmo não se poderia dizer relativamente aos caminhos municipais porquanto, com a retirada do caminho da Piedade, estes passavam a estar globalmente orçamentados com a verba de trezentos e cinquenta e sete mil euros e o programa Proconvergência só admitia candidaturas com um valor mínimo de quatrocentos mil euros, referindo-se que, em relação ao abastecimento de água, uma possível terceira candidatura, só estavam orçamentados trezentos e cinquenta e seis mil euros, o que significava a interdição desta eventual candidatura, pelo que se verificava que orçamento, pela inexistência de obras candidatas, iria estar novamente empolado em quase um milhão de euros. -----

----- Após esta intervenção, foi concedida a palavra à deputada municipal do PSD, senhora Paula Sequeira, que em relação aos protocolos da Câmara com os grupos etnográficos, disse que o grupo etnográfico da Beira, de que era presidente da direcção, não tinha tido conhecimento da existência desses protocolos, porque apenas tinha sido informada em Agosto, pela divisão da cultura, para fazerem um ofício a pedir um subsídio e que esse ofício tinha sido feito, tendo recebido por resposta não existir disponibilidade para conceder tal subsídio. Acrescentou que em Novembro tinha voltado a enviar um ofício a pedir um subsídio, mas que até à data não tinha obtido qualquer resposta nem lhe tinham falado em protocolo. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, que informou desconhecer como a Câmara poderia conceder um subsídio a um grupo etnográfico sem que existisse um protocolo correspondente. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado municipal do PS, senhor Amaro Soares, que felicitou a Câmara por ter aumentado as verbas atribuídas às juntas de freguesia, e informou que preferia as canoas asfaltadas e o cemitério amanhado mas se não podia ter tudo, pelo menos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

tivesse o campo de futebol pronto, porque assim podia ter setenta jovens a praticar desporto. -----

----- Referiu ainda o mesmo senhor deputado municipal que, em relação à concessão de subsídios aos clubes, filarmónicas e grupos etnográficos, estes deveriam ser atribuídos por objectivos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia concedeu, de seguida, a palavra ao senhor deputado municipal Mark Marques que afirmou não ter nada contra o campo de futebol da Urzelina mas apenas achava não ser uma necessidade primária e que, por isso, preferia ter mais canadas asfaltadas. -----

----- Sendo concedida a palavra ao senhor deputado municipal Luís Silveira, este disse ter informações que o grupo etnográfico de Rosais não havia estabelecido qualquer protocolo com a Câmara nem ter recebido nenhuma verba, pelo que estava em igualdade de circunstâncias com o grupo etnográfico da Beira. -----

----- Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a discussão e pôs à votação, em conjunto, as propostas de Plano e Orçamento Municipais para o ano de 2011, tendo as mesmas sido aprovada por doze votos do Partido Socialista, três abstenções do Partido Popular, e seis votos contra do Partido Social Democrata. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os debates sobre a matéria e anunciou passar à votação comunicando que, se não houvesse oposição dos senhores deputados, colocaria à votação em conjunto ambas as propostas, de Plano e de Orçamento Municipais para o ano de 2011, alertando no entanto que, no caso de algum senhor deputado pretender a votação em separado, seria aceite a sugestão e de imediato se procederia à alteração à forma de votação proposta.

----- Não havendo oposição à votação em conjunto de ambas as propostas e realizada a votação, foram as referidas propostas aprovadas por doze votos do Partido Socialista, três abstenções do Partido Popular, e seis votos contra do Partido Social-Democrata, passando-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos que constava da fixação da taxa sobre os direitos de passagem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- *Antes de iniciar os debates, o senhor Presidente da Assembleia comunicou que junto à deliberação da Câmara Municipal se encontrava uma informação do senhor Coordenador Técnico bem como cópia do artigo legal que estipula as taxas pelos direitos de passagem e, dado que a matéria em causa, como todas as outras incluídas na Ordem do Dia da Assembleia Municipal, devem ser apresentadas pelo proponente, e dado que esta foi apresentada pela Câmara Municipal, convidou o senhor Presidente da mesma a usar a palavra para apresentação do diploma.* -----

----- *Concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este comunicou usá-la apenas para solicitar que esta proposta fosse aprovada em minuta, e não existindo mais inscrições para falar sobre esta matéria, o senhor Presidente da Assembleia, pôs à votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.* -----

----- *Seguindo-se a Ordem dos Trabalhos, passou-se para o ponto seguinte que versava a Proposta de Estrutura e Organização dos Serviços do Município das Velas.* -----

----- *O senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que esta proposta foi enviada a coberto do ofício n.º 4 440, de 10 de Dezembro do corrente ano, mas que acontecera, porém, que a Câmara Municipal, na sua reunião do dia 20 de Dezembro do corrente ano havia aprovado uma proposta de alteração ao artigo 13.º do Regulamento, cuja cópia foi enviada aos senhores deputados municipais e que, para todos os efeitos, fazia parte integrante da proposta inicial, tendo-se sobre a mesma pronunciado a Comissão Permanente da Assembleia que analisou o documento inicial, pelo que a matéria em discussão versaria a proposta inicial emendada pela introdução da proposta de alteração aprovada em sede da Câmara Municipal na referida reunião do dia 20 de Dezembro.* -----

----- *Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia convidou o membro da Comissão Permanente, senhor Carlos Jorge Bettencourt da Silveira, o favor de proceder à leitura do respectivo parecer emanado daquela Comissão, cuja cópia fica anexa a esta acta, dela fazendo parte integrante.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- De seguida foi convidado o senhor Presidente da Câmara para efectuar a apresentação e fundamentação da presente proposta enviada pela Câmara Municipal, tendo sido sugerido que o mesmo se pronunciasse sobre a disponibilidade da Câmara Municipal em aceitar a sugestão que a Comissão Permanente aponta no seu número três do Relatório acabado de ser anteriormente.

----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara pediu que a proposta em análise fosse aprovada em minuta, e disse que a Câmara tinha optado por uma reestruturação que fosse o mais semelhante possível ao que o Município tinha até então, pelo que não alterava muita coisa, com excepção da criação do gabinete de apoio ao munícipe porque tinha sido uma promessa eleitoral. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a discussão deste ponto da Ordem dos Trabalhos e solicitou aos senhores deputados municipais que pretendessem usar da palavra sobre esta matéria o favor de se inscreverem. -----

----- Foi então concedida a palavra ao deputado municipal do PSD, senhor Mark Marques, que felicitou a comissão permanente, referindo que a comissão tinha tido um trabalho insígnio em relação ao orçamento por terem elaborado um trabalho com vinte e duas páginas e a Câmara não ter acatado nenhuma das sugestões, e que, ao contrário, quanto a este parecer a Câmara ter aceite uma sugestão, embora questionasse o senhor Presidente da Câmara se o Executivo iria aceitar mais alguma sugestão deste parecer. -----

----- O senhor deputado municipal Mark Marques anunciou também que o grupo municipal do PSD, se iria abster na votação deste ponto. -----

----- De seguida foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, relativamente à aceitação ou não das propostas apresentadas no parecer da Comissão Permanente, disse que a Câmara iria analisar o que isso implicaria e, naturalmente, as iria acatar, caso achassem que eram importantes. -----

----- Foi dada a palavra ao deputado municipal do CDS-PP, senhor Luís Silveira, que comunicou que o grupo municipal do CDS-PP, se iria abster porque no seu entender ainda havia muito a acertar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta da Câmara, incluindo a alteração posteriormente aprovada pela mesma Câmara e enviada à Assembleia Municipal tendo sido a proposta aprovada com doze votos do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata e três abstenções do Partido Popular. -----

----- Terminado este ponto da Ordem dos Trabalhos e passou-se ao seguinte que constava da proposta de Revisão do Regulamento de Belsas. -----

----- Por aquele ter pedido, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado municipal do PS, senhor Rui Sequeira, que em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista propôs a criação de uma comissão, composta por quatro elementos do PS, dois elementos do PSD e um elemento do CDS-PP, para que se fizesse uma análise ao regulamento proposto pela Câmara Municipal, e que tal parecer deveria estar concluído até ao dia 31 de Janeiro de 2011. -----

----- De seguida usou da palavra o deputado municipal do PSD, senhor Mark Marques, que disse concordar com a proposta porque achava que o assunto da proposta camarária tinha que ser esmiuçado. -----

----- Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação, a proposta da criação de uma comissão para análise do referido Regulamento das Belsas, tendo esta sido aprovada por unanimidade, tendo os Grupos Municipais indicado o senhor Carlos Jorge Silveira, senhora Susana Silva, senhora Margarida Fernandes, senhora Fátima Silveira, representantes do PS, senhor António Oldemiro e senhora Paula Sequeira, representantes do PSD, e o senhor Dário Teleda como representante do CDS-PP. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia, colocou à votação esta proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos, desejando a todos os senhores deputados municipais votos de Bom Ano de 2011. -----